

# O PERFIL DE DEUS NOS SALMOS

Luis I.J. Stadelmann<sup>1</sup>

## **Resumo**

*Os salmistas apresentam a Deus nos Salmos como Ser Absoluto pessoal que manifesta seus desígnios divinos de salvação com respeito aos homens. Logo de início o estudo se concentra no caráter marcante como Deus da Aliança vinculado com o Povo Eleito com laços de amor e fidelidade. Através de sua comunicação na oração da comunidade litúrgica se levanta o pensamento dos fiéis para um ideal de vida mais solidária. A partir dos dados sobre a natureza e atributos de Deus se explicitam os títulos divinos, como ocorrem também na linguagem dos livros bíblicos. Por fim, segue um capítulo sobre as metáforas aplicadas a Deus nos Salmos.*

**Palavras-chave:** *Metáfora. Comparação. Antropomorfismo. Símbolo.*

## **Abstract**

*A biblical survey intends to introduce the elements that overlay the texts dealing with the profile of God as He is invoked in prayer and praised in the liturgy by the faith community of both the Old and New Testament. The personal features of God's divinity as Absolute Being receive special stress in the revelation of His designs of salvation for the benefit of humankind as a whole. Foremost of all is the covenant bond with His people which gains surprising novelties in the section about the divine titles and the metaphors which contributed significantly to the apprehension in faith of the nature and attributes of God.*

**Keywords:** *Metaphor. Comparison. Anthropomorphism. Symbols.*

## **Introdução**

Quando pronunciamos o nome de Deus na oração e nos textos da liturgia supomos uma determinada experiência humana em que se enquadra a concepção

1. O autor é Doutor em Línguas e Literatura Semíticas, Cincinnati, e Mestre em Ciências Bíblicas, Roma. É professor na Faculdade Católica de S. Catarina (FACASC).

de Deus. Recordamos também os ensinamentos dos pais sobre o perfil de Deus nas explicações sobre a presença de Deus-Pai protegendo a família e mostrando sua solicitude por acolher os pedidos nas orações da noite e às preces antes das refeições. Nas aulas de catequese se aprofundaram as concepções sobre Deus-Pai e a pessoa de Jesus Cristo nos ensinamentos ministrados pelos catequistas, com ilustrações nos Catecismos, cadernos de aula e em *Video Tapes*. Com ênfase especial se inculcava o conhecimento de Deus para que os alunos soubessem *quem Ele é, o que Ele faz e onde Ele está*. Nas aulas de preparação ao sacramento da Crisma acrescentaram-se dados da revelação cristã enriquecendo a vivência da fé e as motivações da dimensão eclesial na comunidade dos fiéis da Igreja. É bom lembrar a repercussão dos textos litúrgicos nas reflexões sobre o significado dos livros bíblicos na mentalidade hodierna e na espiritualidade dos fiéis porque são tão frequentemente recitados nas orações da celebração litúrgica durante a S. Missa e na reza do “Ofício Divino” (Breviário).

### **YHWH, o Deus da Aliança**

Na tradução grega da Bíblia foi introduzida a palavra “Senhor” (*kyrios*) como equivalente ao nome de YHWH, na liturgia hebraica. O motivo que levou os tradutores gregos da “Septuaginta” (LXX) a render por “Senhor” (*kyrios*) foi o modo de pronunciar o tetragrama sagrado: YHWH sinagoga<sup>2</sup>. Ora, o nome divino era inefável e por isso os massoretas<sup>3</sup> introduziram a vocalização de outra palavra hebraica: *’adonay* significando “Senhor”. Outro motivo foi a praxe de aludir à atuação de Deus como “autor e patrocinador” da Aliança sagrada com o povo eleito. Nisso se distingue dos outros deuses da Antiguidade dos quais não consta qualquer informação sobre a iniciativa divina de estabelecer uma Aliança com o povo para fins de salvação. Nessa vinculação de Deus com os israelitas baseiam-se as mediações do acesso a Deus e da vinda d’Ele ao encontro dos fiéis na comunidade litúrgica. Cumpre lembrar a missão importante de apontar para o aval que só Deus pode dar para a validade e atualidade da Aliança sagrada ao ratificá-la no rito de oferecimento dos sacrifícios no templo de Jerusalém.

Impôs-se como norma geral a vocalização das letras hebraicas do nome YHWH segundo o vocábulo *’adonay* (Senhor), que foi tomado de empréstimo dentro do glossário hebraico. Foi encontrado o termo *Iaouai/e* que os linguistas identificaram como barbarismo de Javé em grafia e pronúncia na língua grega<sup>4</sup>. Convém mencionar também a pronúncia de Jehovah desde 1500 dC, sem valor científico porque se originou por mera hipótese e por desconhecimento da transliteração do texto massorético em voga na sinagoga desde tempos antigos.

2. O “tetragrama sagrado” designa quatro letras da palavra de quatro consoantes do nome hebraico de YHWH.
3. Os “massoretas” são sucessores dos escribas da sinagoga que a partir do séc. II dC fixaram o texto hebraico da Bíblia. O termo “massora” vem do hebr. “*massôret*” e significa “tradição, ensinamento”.
4. Clemente de Alexandria, *Stromata* (c.150 – 215 dC).

Fato notável em todas as traduções em vernáculo é a adoção da palavra “Senhor” para designar o nome divino YHWH, e que consta nos “livros sagrados” do Antigo Testamento (literatura sapiencial, livros proféticos e históricos, Salmos e Pentateuco). É de notar que nas invocações de Deus, inseridas nas preces, não se substituiu “Senhor” por outra palavra de cunho hierático ou da linguagem cerimonial da corte ou do culto. Uma das explicações é a praxe, nas cortes do antigo Oriente Médio, de usar-se na linguagem discursiva não só a 2ª pessoa do singular, mas também a 3ª p.sg. no diálogo entre súdito e soberano. Destarte, a palavra “Senhor” tinha a conotação de deferência perante o soberano e os dignitários do governo. Na linguagem litúrgica adotou-se o uso da linguagem elevada, convertendo-se alguns termos em uso nas formalidades e cortesias, como p.ex. “Senhor”, que podia ter duas conotações: seja como título de deferência ou como nome próprio.

No início do séc. I dC estava em uso a palavra “Senhor” como nome designando Deus nos textos da literatura cristã. É que na *Carta aos Filipenses* consta o hino cristológico (2,6-11), onde se cita a respectiva palavra como nome próprio. Daí que “Senhor” era usado sem artigo definido, porque já se tinha tornado um “*nome que está acima de todo nome: Jesus Cristo é o Senhor*” (Fl 2,9-11). A significação da frase: “*nome que está acima de todo nome*” é mero torneio de frase em lugar da expressão: “nome inefável” como era costume entre os rabinos de explicar o caráter sagrado do nome divino Yhwh.

Ocorre também a palavra: “Senhor” em aramaico: *marê* (Dn 2,47; 4,16.21), que se conservou no Novo Testamento como fórmula de aclamação a Cristo: *Maran atha* “Nosso Senhor veio” (1Cor 16,22), ou como fórmula de invocação a Cristo: *Maraná tha* “Nosso Senhor, vem!” (Ap 22,20). A primeira tem preferência entre os antigos (*Didaquè* 10,6), ao passo que os exegetas modernos preferem a segunda no sentido de invocação transposta para a liturgia eucarística. A citação dessa expressão aramaica por Paulo corrobora o sentido de aclamação, sendo muito apropriada à conclusão da primeira *Carta aos Coríntios*. Ao estudo linguístico da palavra Yhwh, porém, é preciso acrescentar o conteúdo conceitual tal como é entendido pelos autores dos livros bíblicos. Ora, o nome sagrado de Yhwh, é o “Autor e Patrocinador” da Aliança sagrada. Através da história religiosa do povo de Israel se apresenta seu protagonista e se autocomunica como *Deus da Aliança*. Na verdade, o Saltério não se cansa de ressaltar a visão teocêntrica ao citar o nome do “Senhor” tão frequentemente que resulta uma soma impressionante em torno de 825 vezes ao todo. E como se isso não bastasse, os salmistas concentram sua atenção também na presença do “Senhor”, mencionando o “nome” para significar o modo personalizado como Ele é invocado na liturgia. Não é sem motivo que isso receba ênfase toda especial, para contrastar com as concepções mitológicas dos pagãos que reduzem a divindade a uma presença difusa e genérica ou então elas apresentam-na de maneira fantasiosa e virtual. É notável o total de ocorrências do “nome” por 96 vezes no Saltério, pois os Salmos são orações litúrgicas, onde Deus se torna espiritualmente presente através da liturgia celeste que se estende à celebração litúrgica da comunidade de fé. Trata-se do *locus* da presença divina não simplesmente como ideia na mente humana, mas como proximidade do Ser Absoluto pessoal, tornando-se acessível aos fiéis na

liturgia. Para ilustrar essa presença divina recorreu-se à localização da majestade divina que ocupa o *trono* no céu e servindo-se da Arca da Aliança, depositada no Templo, como *escabelo* para repousar os pés, como se lê nos Salmos:

*Desde antanho está firme teu trono:  
Tu existes desde a eternidade (Sl 93,2).  
Exaltai o Senhor, nosso Deus.  
prostrai-vos diante do escabelo de seus pés!  
Ele é Santo (Sl 99,5).*

Em face da importância da Aliança de Deus com o povo eleito, era preciso esclarecer o fato de que Yhwh não se reduziu a mera função de Autor da Aliança com seu povo, por isso Deus identifica-se pela frase verbal: “Eu sou que sou” (em hebr. *'ehyeh 'asher 'eyeh*), como consta no texto do Ex 3,12, definindo-se como Ser Absoluto pessoal. A explicação do sentido dessa frase tem quatro conotações:

1º como afirmação do próprio ser, no sentido ontológico;

2º como se fosse na linha da teologia negativa (“Eu sou que sou e tu nunca saberás quem sou, porque jamais poderás dizer-me”);

3º como afirmação do verdadeiro nome de Deus seja aquele de quem se afirma: “Eu sou que será. Para sempre”, “Eu sou quem poderá ser”. “que vai querer ser Quem quiser ser”. Essas três conotações foram apresentadas por T. TOSOLINI, visando substituir o Deus da metafísica, cedendo o lugar a um pensamento de Deus que não seja definido por nenhum conceito humano, mas que talvez se origine ou proceda do pensamento de Deus, de sua autorrevelação e do seu próprio horizonte<sup>5</sup>.

4º como tema que leve em consideração a fraseologia hebraica: “Eu (sujeito), sou (verbo relacional) que sou (predicativo)”.

O teor da frase tem o significado de *existência*. Ora, uma das peculiaridades da sintaxe da língua hebraica consiste no emprego de uma frase relativa para fins de ênfase do sujeito: “Eu sou que sou”<sup>6</sup>; segundo, o perfil de Deus, isto é, sua identidade como Ser Absoluto pessoal.

5. Cf. TOSOLINI, T. “Dizer Deus hoje – Novas categorias”, em *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB), Fasc. 269, Ano 68, Janeiro, 2008, p. 5-20, especialmente p. 11-12.

6. GESENIUS, W. – KAUTSCH, E. *Gesenius' Hebrew Grammar*, 28 ed. alemã 1909, revisada e traduzida por A.E. Cowley, Clarendon Press, 2 ed. Oxford, 1910 (abrev. GK); § 155d. A figura estilística da paronomásia (tautologia) na frase relativa é mencionada na Sintaxe Hebraica: cf. JOÛON, P. – MURAOKA, T. *A Grammar of Biblical Hebrew*, vol. I, Part I: Orthography and Phonetics, Part 2: Morphology, vol. II, Part 3: Syntax (Subsidia Biblica:, P.I.B, Rome 1991, (abrev. JM); § 158o. É importante observar que “Eu sou o que sou” (ou, pior: “Eu sou aquele que sou”) é tautologia, aplicável a todos os seres: todos somos o que somos. No período “eu sou que sou”, o predicado da oração relativa é verbo nocional: eu existo. O pronome relativo “que”, com função adjetiva, admite qualquer pessoa gramatical (eu, que fiz; tu, que fizeste; eles, que fizeram). O pronome “aquele” (“o” = ele), com função substantiva, só admite a 3ª pessoa gramatical, não podendo seu substituto (que) ser sujeito de “sou” (eu sou o que é = eu sou aquele que é).

Outra dimensão importante está incluída aí além de sua *essência* explícita, a saber, sua *ação* em prol da humanidade mediante a instituição da Aliança sagrada com seu povo.

## Deus-Pai no Novo Testamento

Os Salmos foram recitados por Jesus Cristo na comunidade dos discípulos e na liturgia do Templo. Por isso receberam não só o aval atestando o valor religioso para os cristãos, mas também lembram-lhes que a oração dirigida a Deus é excepcionalmente estimulante e proveitosa em união com Cristo.

O sentido de Deus-Pai como *Autor da Aliança* recebeu uma ênfase toda especial no contexto litúrgico como foi transmitido por Jesus Cristo na prece do “Pai-Nosso”. Lembremos, porém, que a designação de Deus como Pai é algo raro no Antigo Testamento<sup>7</sup>. Quanto à referência de Deus-Pai convém notar que toda oração bíblica e eclesial começa com a invocação da presença de Deus. Além disso, as orações de súplica explicitam a motivação próxima da oração, que consiste na *expressão de confiança*. Na celebração da liturgia consta uma introdução do “Pai-Nosso” convidando os fiéis a rezar com “amor e confiança”; nos Salmos de Súplica está inserido o *ato de confiança*. Notável é a formulação deste “amor confiante” na própria invocação de Deus como “Pai nosso”, isto é, o *Autor da Aliança* que está vinculado com a comunidade cristã: “nosso” porque o indivíduo reconhece que a Aliança de Deus é estabelecida com a comunidade dos discípulos de Cristo e não genericamente com a humanidade nem com o indivíduo. Entretanto, a conotação de Deus como “Pai” ressalta o epíteto de “Benfeitor” por causa de sua benevolência (em hebr. *hesed*) para com os fiéis do povo eleito. Trata-se de um argumento de cunho teológico que supera de longe qualquer tentativa de imiscuir um intimismo do tipo “paizinho ou pai-mãe” na pessoa divina.

Antes que se formulasse a oração do Pai-Nosso nos Evangelhos com a invocação de Deus e se identificasse sua natureza como “Pai”, nas *Cartas Paulinas* (Gl 4,6; Rm 8,15), propôs-se a reflexão sobre o encontro de Deus com a comunidade dos cristãos e a busca dos fiéis da presença divina, por uma via de duas mãos: *a*) o homem que busca e *b*) Deus que vem ao nosso encontro. A pergunta que se levanta é sobre a função da comunidade dos fiéis quanto à sua união com Deus e a piedade dos fiéis como mera piedade devocional.

Por que Jesus chama a Deus “Pai” pela palavra aramaica *’abba*”? A resposta está na tradição antiga dos discípulos cristãos, que designaram a Deus como “Pai” no sentido de *Autor da Aliança* (Gl 4,6; Rm 8,15). É que no idioma ara-

7. Cf. CAILLOT, J. *Crer em Deus nosso Pai* [Trad. de A.B. Ara]. São Paulo: Paulinas, 2004 (Original francês 1999).

maico se usa a palavra 'abba' com várias conotações, tais como: “pai, autor, ancestral diretor, líder, patrocinador<sup>8</sup>”. Em segundo lugar, se precisava distinguir o significado bíblico de “Pai” em contraste com a noção antropológica de “paternidade” em voga na cultura helenista onde Zeus era “pai dos deuses”, “pai das luzes” (estrelas), “pai dos homens”, chamando-se também “pai das cidades” o deus tutelar da nação<sup>9</sup>. Convém notar que a designação de um deus como “pai” (em grego *pater*) sempre implica a “mãe” (*meter*). O pressuposto básico é que os epítetos de Zeus (Júpiter) se baseiam na mitologia. Mas na Bíblia, Deus não tem família: em Deus não há *meter*. Escritores recentes tentaram criar uma antropologia de Deus, pretendendo ser relevante contribuição para a teologia hoje<sup>10</sup>. Os integrantes da Aliança sagrada são chamados “filhos”, em sentido translato, porque no batismo foram *adotados* para participarem dos privilégios anexos à Aliança e também por serem constituídos “herdeiros” dos bens futuros. Destarte, os “filhos da Aliança” têm a dita de invocar a Deus como “Pai” em homenagem ao *Senhor da Aliança* (em hebr.: *b'erît 'adonay*), e não como uma divindade tutelar que os habitantes de um país que invocavam para obter o patrocínio sobre todo um território geográfico.

Em outro nível, e fora da terminologia vocabular, tem que se abordar a forma gramatical da palavra aramaica 'abba': “O Pai”, isto é, o *Pai por excelência*, totalmente diferente da dos substantivos hebraicos no nominativo. É que o “caso determinativo”<sup>11</sup> ou enfático se emprega no idioma aramaico como expressão de deferência ou por enfatizar a autoridade da respectiva pessoa. Devido ao desconhecimento da língua aramaica, interpretou-se a palavra *Abba*, que Jesus usa nas preces dirigidas a Deus (Mt 14,36), em termos de um intimismo religioso: “papai do céu”, como é usado por J. Jeremias<sup>12</sup>, e recentemente em termos atualizantes como p.ex. “paizinho”. Com base nesse autor surgiram ideias extravagantes na interpretação de *Abba* pronunciado por Jesus como se fosse um “balbucio infantil que sugere uma ternura de criança dirigida e apropriada, no contexto semítico, muito mais à mãe do que ao pai”<sup>13</sup>.

8. JASTROW, M. *Dictionary of Talmud Babli, Yerushalmi, Midrashic Literature and Targumim*, I-II. Nova York: Pardes, 1950.

9. Cf. o verbete *pater* em SCOTT, Liddell, *A Greek – English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, Supplement 1968.

10. Cf. GARCIA DE ALBA, J.M. *Vida: um valor fundamental*. Bauru: Edusc, 2012.

11. É de notar que o caso determinativo (enfático) não existe no hebraico, cf. GK: § 125 a. Para o aramaico, cf. F. Rosenthal, *A Grammar of Biblical Aramaic*, O. Harrassowitz, Wiesbaden, 2. ed. 1963, nr. 41.

12. *Abba: Studien zur neutestamentlichen Theologie und Zeitgeschichte*, Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen 1966, p. 15-67.

13. Veja-se MOLTSMANN, J. “Creo en Dios Padre, ¿lenguaje patriarcal o matriarcal de Dios?” em *Selecciones de Teología* 24, (1985) 338. É muito arbitrário querer atribuir uma pedagogia retrógrada ao mundo semita.

## Aliança no Antigo e Novo Testamento

### a) Amor e fidelidade de Deus

Os termos mais significativos da revelação do desígnio de Deus a respeito de Israel e da humanidade são sem dúvida “amor e fidelidade (em hebr.: *hesed* – *’emet*)<sup>14</sup>. Com efeito, nenhum povo da Antiguidade chegou ao conhecimento da relação entre o deus tutelar e seu povo, baseada na amizade, como em Israel, ao passo que alhures há apenas “servidão”. É que esse conhecimento não é fruto da intuição humana, mas é revelação de Deus aos homens, manifestando que de fato Ele vive com os homens vinculados a Ele por Aliança. Por isso também, esta revelação é palavra de Deus que se encontra somente na Bíblia, sem paralelo em outras literaturas extrabíblicas. O motivo da Aliança divina é a bondade de Deus que transborda em amor para com os fiéis e em misericórdia para com os fracos e pecadores. Esta Aliança tem como nota característica o aval de que também *Deus faz parte como Autor da Aliança*. Entretanto, esta Aliança é bilateral: da parte de Deus é uma proposta gratuitamente oferecida aos seus eleitos e, da parte dos israelitas, é uma resposta livremente dada. Tanto a integração deles ao número dos eleitos como também a efetivação das promessas da Aliança dependem da adesão pessoal de cada indivíduo ao Deus da Aliança. É que a pertença à Aliança não se efetua por nascimento, ou herança, ou então por osmose. Certos tipos de transgressão das estipulações acarretavam *ipso facto* a exclusão dos infratores do rol dos eleitos. Mas esses indivíduos continuavam fazendo parte do grupo social de Israel, vivendo no mesmo país e convivendo com os conterrâneos, pois a pena de proscrição não era imposta pela comunidade de fé, já que ela não tinha competência jurídica para lhes impor a pena de proscrição.

Em vista dessa problemática surgiu a cláusula da *imprecação* contra os ímpios, inserida nos Salmos. Não se visava suscitar sentimentos vingativos contra o grupo desses ímpios, mas alertar os fiéis contra o perigo do contágio do estilo de vida deles e, principalmente, afastar o perigo de Deus castigar a todos por causa da impiedade de alguns (Nm 16,22).

A invocação da Aliança do Novo Testamento é sua qualidade nova e eterna. A novidade dessa Aliança consiste no Mediador que é Jesus Cristo que se vinculou com a Igreja, tornando-a mediação da redenção de Cristo para toda a humanidade e paradigma de salvação de todos os povos. Quanto ao caráter eterno dessa Aliança, trata-se do efeito definitivo para nunca mais ser ultrapassada por outro tipo de obra salvífica na História da Salvação.

14. A tradução das palavras: *hesed* – *’emet* por “lealdade e verdade” baseia-se na versão literal destes vocábulos hebraico fora do núcleo semântico onde têm significação própria. Ora, estes vocábulos ocorrem no Antigo Testamento no contexto da Aliança religiosa entre Deus e o povo eleito, onde significam a relação entre Deus e homens em termos de vinculação duradoura, baseada no amor e na fidelidade de Deus, não obstante a infidelidade dos homens. Por outro lado, quem traduzir *hesed* por “lealdade” situa este termo no contexto da Aliança social e política, como consta dos documentos jurídicos do antigo Oriente Médio. Quanto ao termo *’emet*, não se trata da “verdade” em sentido *gnosiológico*, mas da “fidelidade” em sentido *soteriológico*.

## b) Antiga e Nova Aliança

Na tradução grega da Bíblia (*Septuaginta*) foi introduzido o termo *diatheke* “testamento”<sup>15</sup>, que deriva da lei civil da cultura helenista. É de notar que uma versão mais exata de “Testamento, Aliança” em (hebr. *berît*) corresponderia ao termo grego *syntheke* (compromisso, testamento). A conotação mais solene com ênfase na vontade do autor do testamento se ressalta no termo *diatheke*. A significação teológica é expressa pela palavra “Aliança”: a “Nova Aliança” distingue-se da Aliança mosaica que, em relação à Aliança do Novo Testamento, foi relegada ao papel de “antiga”. A efetivação da nova Aliança no sangue de Cristo implica uma consideração da Aliança sinaítica e, portanto, numa reconsideração daquelas secções da Escritura que dizem respeito à Lei divina ligada à Aliança sinaítica. O desígnio salvífico de Deus permanece, a Aliança permanece, mas torna-se *nova*. Isto é, mantido o fato bíblico fundamental de que Deus faz uma Aliança e, portanto, é de validade perene o que Paulo diz: “Por acaso Deus rejeitou seu povo? De maneira alguma” (Rm 11,1). Entretanto, fica de pé a ressalva de Paulo de que não é mais o povo eleito como um todo, mas apenas um “resto” (Rm 11,5), o destinatário da eleição divina<sup>16</sup>. Daí que Paulo não considera abolida a Aliança bíblica, isto é, a vontade Deus de contrair uma Aliança, mas só a sua forma sinaítica. Além disso, a própria ideia de “nova Aliança” é bíblica (Jr 31,31; 32,40) e por isso a “nova Aliança” é já conceitualmente a realização da promessa bíblica. A Lei e a Aliança sinaítica perdem a centralidade que sempre tinham a partir do momento em que a promessa bíblica da nova Aliança até então não se havia cumprido. Por um lado, o centro de toda a Escritura era colocado em outro lugar, a saber, na função do Mediador, por outro, mudou a própria concepção da Aliança e do lugar que nela tinha a execução da Lei. A própria Escritura diz (Jr 31,31.34) que o papel da execução da lei na Aliança tinha de mudar.

*Eu depositarei minha instrução (Torá) no seu íntimo, inscrevendo-a em seu coração:*

*Eu me tornarei Deus para eles, eles se tornarão um povo para mim.*

*Já não ensinarão uns aos outros...(Jr 31,31-34).*

15. Em vez de “Antigo” e “Novo Testamento” surgiu recentemente outra nomenclatura entre alguns exegetas, como p.ex. “Primeiro” e “Segundo Testamento”. Entretanto. Não se leva em consideração vários Testamentos (Alianças) da Bíblia, cujo elenco não permite a classificação por um número ordinal. Cf. “Aliança de Noé” (Gn 9,9-11); “Aliança de Abraão” (Gn 15,18-21), “Aliança de Moisés” (Ex 24,8), nova “Aliança de Moisés” (sinaítica) [Ex 34,10-28], “Aliança de Josué” (Js 24,25-28), “Aliança de Davi” (2Cr 13,5; 21,7), “Aliança de Jeremias (Jr 31,31-34); “Nova e eterna Aliança de Cristo” (Mc 14,22-24; 1Cor 11,23-26).

16. A restrição a um resto de fiéis do povo eleito se originou no Antigo Testamento, após a destruição de Jerusalém e a deportação dos israelitas para Babilônia, em 587 aC. O “resto” do povo de Deus era constituído por israelitas da Babilônia e de Judá: sendo chamados a partir de então “resto do povo” (Is 11,1; Ag 1,12.14; 2,2; Zc 8,6.11s; Ne 7,11); “resto de Israel” (Is 46,3; Mq 2,12; Jr 6,9; 31,7; 40,15; Ez 9,8; 11,13; Sf 3,13; 1Cr 12,19; 2Cr 34,9); “resto de Josué” (Am 5,15); “resto de Jacó” (Is 10,21; Mq 5,6s); “resto de Judá” (Jr 40,15; 42,15.19; 43,5; 44,14.28; Sf 2,7).



Na verdade, a legislação mosaica, anexa à Aliança sinaítica, estava superada com a instauração da “nova Aliança”, e não toda a Bíblia do Antigo Testamento nem toda *Torá*. A vigência das cláusulas codificadas em leis estava ab-rogada; o cumprimento da Lei como meio de salvação não era eficaz para a “justificação”, pois essa é dom de Deus pela mediação de Jesus Cristo resultando da entrega de sua vida pela nossa salvação. Continuavam em vigor, *mutatis mutandis*: 1º rito da instituição da Aliança, 2º função do Mediador, 3º adesão pessoal dos fiéis, 4º vínculo de amizade entre Deus e os homens e 5º finalidade da Aliança visando à salvação. Embora não se encontre uma afirmação explícita de Paulo que ligue a “nova Aliança” do sangue de Cristo, incluindo-se a interpretação da Escritura, podemos supor que esta concepção tenha condicionado de modo determinante a concepção *paulina* da Escritura. Com efeito, a centralidade da Ceia do Senhor veio a ocupar um lugar preponderante em seu pensamento, pelo fato de ser o núcleo da liturgia cristã e o fato determinante de existir uma *religião viva*. Em segundo lugar, é de notar também uma coincidência que não pode ser subestimada: o conceito antitético de “antiga Aliança” (as leituras daquelas partes da *Torá* que contêm a revelação da Lei feita a Moisés) aparece em Paulo precisamente no contexto da crítica à leitura litúrgica hebraica da Lei mosaica (2Cor 3,14); o versículo 6 fala da nova Aliança. Isso mostra que a partir da concepção da nova Aliança em Cristo é que parece “antiga” a Aliança mosaica<sup>17</sup>.

### **Títulos divinos nos Salmos**

No intuito de explicitar os atributos de Deus é que os salmistas selecionaram os títulos divinos, que se encontram nos livros bíblicos, para valorizá-los na celebração litúrgica a fim de suscitar nos fiéis anseios de amor e reconhecimento.

a) O atributo de Deus Altíssimo (*‘eliôn*) salienta a transcendência divina, distinguindo-a das forças naturais e principalmente da lei férrea dos ciclos cósmicos, que arrastam consigo o destino do mundo e da humanidade<sup>18</sup>.

b) O título de Deus todo-poderoso (*‘elohîm šeba’ôt*) ressalta a soberania do SENHOR sobre o determinismo das forças cósmicas e os fenômenos das estações anuais<sup>19</sup>. O significado dos “exércitos” a serviço de Deus não se refere às hostes celestes seja dos anjos ou das estrelas, mas é uma peculiaridade gramatical da língua hebraica que exprime a ideia de intensificação do conceito de poder pela forma do substantivo feminino no plural<sup>20</sup>. Entretanto, nos textos que explicitam a ação desses exércitos, o sujeito do verbo não é Deus e, sim, os anjos em número incontável como se estivessem organizados em exércitos.

17. PESCE, M. *As duas fases da pregação de Paulo*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 105s.

18. Cf. Sl 7,18; 9,3; 18,14; 21,8; 24,10; 46,5; 73,11; 78,17.35.56; 87,5; 91,1.9; 92,2; 97,9; 107,11.

19. Cf. Sl 59,6; 68,15; 80,15.20; 91,1. Há também referências à função dos anjos a serviço de Deus: Sl 103,21; 148,2.

20. Cf. GARCIA DE ALBA, *op.cit.*, § 136f.

“Bendizei o SENHOR vós todos, seus exércitos” (Sl 103,21)

“Louvai-o vós todos, seus anjos, louvai-o vós todos, seus exércitos!” (Sl 148,2)

É significativa também a imagem antropomórfica do conjunto desses anjos como se fossem organizados em exércitos, por causa do seu agrupamento sob a chefia dos arcanjos (Miguel, Gabriel, Rafael), dos querubins e serafins (Sl 99,1). A intenção dos autores bíblicos é de subordinar o poder dos espíritos celestes à onipotência divina atribuindo-lhes a nobre tarefa de mensageiros a serviço de Deus e de ministros do culto divino (Sl 80,2; 99,1), ou de anjos da guarda (Sl 91,11-13), ou então de mediações da intervenção divina (Sl 34,8; 35,5-6). Outro motivo importante na citação de anjos organizados em exércitos é visualizar a atuação personalizada da ação divina na humanidade sem ser confundida com os fenômenos naturais à mercê de fatores da evolução cósmica do devir do mundo.

c) Yhwh, *o rei do povo eleito: Deus Rei*. O título de “rei” atribuído a Deus estava em voga em todas as religiões do antigo Oriente Médio e, portanto, é anterior à monarquia de Israel (Jz 8,23; 1Sm 8,6-7). Na perspectiva da História da Salvação, o povo eleito é uma instituição social e religiosa, organizada em monarquia e não é mero movimento de religiosidade em voga entre tribos nômades antes de sua sedentarização, vivendo segundo as tradições do clã e dos grupos de famílias à margem da civilização e inspiradas pela lei da sobrevivência. Mas a partir de sua organização em monarquia impôs-se a estruturação da vida em comum por intermédio de um governo central, no intuito de fomentar o bem comum sob o patrocínio do Deus da Aliança. Destarte, os governantes de Israel não gozavam de um privilégio divino de instituir o absolutismo, já que estavam subordinados a Deus como Rei supremo do mundo inteiro, como Ele é celebrado nos hinos em honra da realeza de Deus (Sl 29,10; 93; 96; 97; 98; 99; 145).

d) Yhwh, *o Bom Pastor*, cujo patrocínio sobre o povo eleito se exalta nos Salmos (Sl 23; 80; 100) em homenagem a Deus que exerce sua solicitude pela nação israelita sob um só pastor. A imagem da comunidade de fé como *rebanho* visa ressaltar a unidade como característica constitutiva do povo eleito a ser preservado da divisão em grupos e da fragmentação em seitas. Aliás, a experiência dolorosa da extinção de dez tribos de Israel (em 721 aC), com a queda de Samaria e a deportação dos habitantes do Reino de Israel para o país dos assírios, lembra a perda irreparável de dez tribos do povo eleito, sem restauração da unidade nacional, deixando os fiéis exilados entregues à própria sorte sem vinculação com as outras tribos israelitas.

e) Yhwh, *o Libertador e Salvador do povo eleito*, que presta seu louvor a Deus na liturgia pela libertação da escravidão do Egito: “*o teu povo que tu libertaste*” (Ex 12,42), bem como pela libertação da Babilônia: “*Sai da Babilônia, fugi do meio dos caldeus; Proclamai: O SENHOR resgatou seu servo Jacó*” (Is 48,20).

Na evocação dos eventos salvíficos da História da Salvação nunca falta a visão retrospectiva sobre o povo de Israel no passado distante (no Egito) e recente (na Babilônia), a fim de comemorar a intervenção de Yhwh nas situações cruciais da sobrevivência do povo eleito (Sl 18; 105; 106; 107; 114; 116; 147). A significa-

ção da obra de salvação é dupla no sentido de *salvaguardar* o bem que se perdeu (Libertador) e de *enriquecer* com os dons divinos (Salvador).

f) Yhwh, *Pai do rei messiânico* (Sl 89,27). Na cerimônia de entronização, o rei do povo eleito adquiriu o título de filho adotivo de Deus, no sentido de aliado preferencial, sob tutela divina. O título de “Pai” atribuído a Deus especifica a “adoção divina” do rei da dinastia davídica e serve de símbolo da Eleição do povo de Israel. A literatura profética fez uso desse simbolismo para salientar a união pessoal entre Deus e os fiéis com ênfase na solicitude divina. No Novo Testamento estendeu-se esse título divino à doutrina trinitária tornando-se muito frequente nas invocações da sagrada liturgia.

### **Metáforas aplicadas a Deus nos Salmos**

a) O que chama nossa atenção aparece nos apelativos de Deus que se encontram nos Salmos. São imagens tiradas de configurações topográficas (rocha, rochedo) ou arquitetônicas (fortaleza, baluarte, espaldão), ou então representam a função salvífica (escudo, libertador), como se lê no Salmo:

*O Senhor é meu rochedo, minha fortaleza e meu Libertador;  
ele é meu Deus, a rocha em que me refugio,  
meu escudo, a força de minha salvação, meu baluarte* (Sl 18,3).

Cada uma das metáforas está relacionada com o templo de Jerusalém, onde os fiéis estavam reunidos para celebrar a liturgia em honra de Yhwh. É de notar que as referências a Deus explicitam o perfil de Yhwh como Autor da Aliança com o povo eleito. Destarte, a vivência da fé é que aproxima os fiéis à presença de Deus e não propriamente os recintos sagrados, os átrios, as escultura, o altar do sacrifício e de incenso. Essas particularidades têm o papel de *metonímia* visando ressaltar a comunidade de fiéis que está reunida no Templo para a celebração da liturgia. Trata-se de uma figura de linguagem que consiste na substituição do sentido de uma palavra pelo de outra que com ele apresenta relação constante. Lembremos também que há um contraste com o culto divino, antes da reforma deuteronomista (em 622 aC) e a celebração litúrgica no templo de Jerusalém. É que no culto celebrado alhures ritos espúrios imiscuíram-se que posteriormente foram eliminados<sup>21</sup>. Entretanto, cada um dos objetos do culto era valorizado na liturgia para recordar experiências religiosas do povo nas várias situações ao longo da História da Salvação. Daí que as imagens estão associadas com a obra da salvação divina sem inserir lembranças de triunfos nacionais do passado ou reminiscências de mero saudosismo.

b) A metáfora da *Rocha* e do *Rochedo*, aplicada a Yhwh, provém da configuração topográfica da superfície rochosa sobre a qual o Templo de Jerusalém está

21. Veja-se a reforma do culto por iniciativa do rei Ezequias (727-698 aC) nos relatos do Livro dos Reis (2Rs 18–20) e nas Crônicas (2Cr 19–32); cf. também a reforma religiosa do rei Josias (640-609 aC) como consta no Livro dos Reis (2Rs 22–23) e nas Crônicas (2Cr 34–35); cf. KONINGS, J., *A Bíblia, sua origem e sua leitura*, Vozes, Petrópolis, 7 ed. 2012, p. 59.

construído<sup>22</sup>. Em contraste com os templos pagãos, localizados em esplanadas na praça central das cidades, havia em Israel uma colina de rocha maciça. É de notar que nos templos pagãos se costumava colocar uma pedra fundamental no alicerce dos muros. Simbolizava o “umbigo do mundo” (em grego: *omphalos ges*) dos países pagãos da Antiguidade<sup>23</sup>, ao passo que na Bíblia se menciona que Jerusalém era o “centro das nações” (Ez 5,5), que num acréscimo textual tardio foi especificado como “umbigo da terra” (Ez 38,12). Convém lembrar que o Monte Sião é designado nos livros apócrifos<sup>24</sup> como “umbigo da terra”, em contraste com a tradição religiosa de Israel que substituiu a concepção geográfica de Jerusalém, como centro político e religioso do país, pela função referencial como sinal da eleição divina para o povo eleito. Daí que em linguagem metafórica se emprega a “pedra escolhida” (em hebr.: *'eben bohan*) [Is 28,16] do edifício, colocada por Yhwh, ao invés da iniciativa humana na construção do Templo<sup>25</sup>.

c) As imagens de *Fortaleza, Baluarte, Espaldão* atribuídas a Yhwh são do tipo arquitetônico com a finalidade de ilustrar a função do Templo como respaldo do *direito de asilo* aos fugitivos da lei por crime de homicídio involuntário (Ex 21,13-14). Era um dos privilégios dos santuários centrais de cada país de assegurar o direito de asilo aos fugitivos, que tinham proteção contra o braço da lei, sem serem executados de imediato até que fosse verificada sua culpabilidade<sup>26</sup>. Daí que os fiéis que buscavam proteção de Deus estavam confiantes na eficácia da oração comunitária para receber a ajuda divina em perigo de vida contra a perseguição dos inimigos. Se, portanto, havia garantia de proteção divina para os fugitivos em perigo de vida, era de se esperar que os fiéis poderiam confiar igualmente na intervenção divina em situações aflitivas.

d) A comparação do refúgio “à sombra das asas de Deus” é tomada da Arca da Aliança, ornamentada com esculturas. Dois querubins com asas estendidas encimavam a Arca sobre a qual Yhwh se encontrava invisível: esse simbolismo visualizava a presença divina (1Sm 4,4; 2Sm 6,2; Sl 80,2; 99,1).

22. Fica excluída a interpretação da *Rocha* em termos de alusão ao rochedo junto ao qual Moisés mandou cavar entre os seixos brotando água abundante na região do Monte Horeb (Ex 17,1-7). Nesse texto, Deus não é comparado ao rochedo, pois Ele diz: “*Eu estarei sobre o rochedo*” (Ex 17,7).

23. Na antiga Grécia havia várias cidades com o título de “umbigo da terra”, tais como Elêuis, Delfos, Pafos, Delos, Epidauro; na Mesopotâmia eram as cidades de Babilônia, Nínive; no Egito eram as cidades de Tebas e Napata; na Itália era Roma; em Samaria era a cidade de Siquém, próxima ao Monte Garizim conhecido como “umbigo da terra” (em hebr.: *tabûr ha'areç*) [Jz 9,37]. Ver as referências bibliográficas citadas por L. Stadelmann, *The Hebrew Conception of the World* (Analecta Bíblica 39), Rome Biblical Institute Press, 1970, cap. 3 “The Navel of the Earth”, p. 147-154.

24. Cf. *Livro dos Jubileus* 8,19; *Livro de Enoc* 26,1.

25. A pesquisa sobre o lugar do templo de Jerusalém no Monte Sião tem de levar em consideração o templo de Zorobabel e de Herodes, e em especial o local do altar de sacrifício construído por Davi sobre o topo do rochedo no cume do Monte. Quanto à identificação dos resíduos das escavações arqueológicas no Monte Sião, veja-se o livro de Roland de Vaux, *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, São Paulo, Ed. Vida Nova, 2008 (original francês 1960), p. 356-357.

26. Cf. 1Rs 1,50-53; 2,28-31. Veja-se Roland de Vaux, *op. cit.*, p. 194, 314; Templo como lugar de asilo.

*Quão precioso é teu amor, ó Deus!  
Os filhos dos homens  
refugiam-se à sombra de tuas asas (Sl 36,8).*

Não é unicamente a função simbólica como “firmeza, proteção” que os salmistas ressaltam, mas, sobretudo, o fato de contrastar com os apelativos que os mitógrafos atribuíram aos deuses, identificados com imagens do *firmamento* e do âmbito *astral*. Ora, o Deus da Bíblia não se identificava com as forças da natureza e por isso era bem diferente das divindades veneradas no culto e nas crenças dos outros povos, que apresentavam o Ser Supremo como deus da tempestade: *Zeus* entre os gregos, *Júpiter* entre os romanos, *Teshub* entre os hititas, *Baal* entre os cananeus e *Odin* entre os povos germânicos.

Aliás, é fácil de constatar nos mitos que o centro nevrálgico da reflexão nas religiões não bíblicas da Antiguidade era a própria divindade que se confundia com as forças naturais, simbolizadas pelos astros: o “sol” na Mesopotâmia: *šamaš*; *samsu* / *samas* entre os assírios e amorreus; *šams* entre os árabes, *šapaš* entre os fenícios de Ugarit. Os árabes do sul e os fenícios de Ugarit consideravam o sol como uma divindade feminina, com a lua como seu parceiro masculino; para os sumérios e acádicos ele foi sempre um deus masculino. Os hititas veneravam divindades solares entre as quais uma deusa-sol *d’Arinna*.

As religiões da Mesopotâmia procuravam integrar elementos provenientes de fontes diversas: destarte o “deus-sol” (*šamaš*) assumiu vários atributos, seja como divindade benéfica desde o sol nascente, e maléfica como *nergal* a partir do sol do meio-dia. É de notar que na Antiguidade vigorava o sistema geocêntrico, de sorte que o “sol” era tido como planeta<sup>27</sup>. Entre os antigos egípcios, o “sol” fazia parte do sistema planetário e simbolizava o “deus-sol” (*Atum, Amon, Ra, Aton*) que se distinguia não só por diversos nomes, mas também segundo as diversas fases da órbita do sol através do firmamento: o sol nascente, o sol do meio-dia, o sol do crepúsculo e assim por diante. É de notar que em nenhuma passagem dos Salmos encontra-se a comparação de Deus com o “sol”. Daí que é preciso atender ao sentido original massorético (Sl 84,12) que compara a Deus com “baluarte, espaldão” (em hebr.: *šemeš*). Ora, constam duas raízes (lexemas) distintas da palavra *šemeš* no hebraico: *šemeš* I “sol”, e *šemeš* II “baluarte, espaldão”; por exemplo, a palavra “baluarte (hebr.: *šimšôt*) ocorre no livro de Isaías (54,12), citando os “baluartes” guarnecidos com escudos<sup>28</sup>. A visualização de Deus com sentimentos de ira para com o ímpio e de amizade para com o justo ocorre nos Salmos com a finalidade de qualificar o estado espiritual do ser humano. Destarte, o salmista

27. A astronomia geocêntrica de Ptolomeu (séc. II aC) foi substituída pelo sistema heliocêntrico de Copérnico no séc. XVI dC.

28. É interessante notar que é a tradução quase unânime em praticamente todas as Bíblias antigas e recentes nas quais o verso: “Deus o Senhor é sol e escudo” (Sl 84,12) emprega erroneamente a palavra “sol” em lugar de “escudo, espaldão”; única exceção é a Bíblia Sagrada, Edições Paulinas, São Paulo. 1969, cuja tradução foi dirigida pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma.

atribui a Deus um “rosto irado” (Sl 69,25), como reflexo da má consciência do infrator<sup>29</sup>. A conversão moral terá, por reflexo, um “semblante amigo” (Sl 34,16), voltando-se Deus para reconciliar consigo o pecador arrependido.

São recursos literários bem sugestivos que os Salmos usam para situar a punição da impiedade no contexto da ira divina, mas colocam o infrator na presença de Deus, porque assim permanece oferecida a salvação ao pecador arrependido. Lembremos também que a amizade de Deus para com os fiéis não se reduz a mero sentimento, mas consiste na irradiação da benevolência de Deus<sup>30</sup>, cujo reflexo se manifesta como “luz da Sua face” (Sl 4,7).

## Conclusão

A invocação de Deus nos Salmos brota da oração litúrgica da comunidade de fé do povo eleito que estreita os laços de união com Deus através da vivência da fé e da convivência dos fiéis, no momento da celebração da oferta do sacrifício. Ritos paralitúrgicos beneficiaram-se da liturgia, mas não se impuseram à espiritualidade comunitária do povo de Deus pelo fato de se realizarem na presença de Deus no Templo. Ali é que se buscava o acolhimento benévolo de Deus às preces dos fiéis, porque brotavam da motivação próxima da oração dirigida a Deus, vinculado em Aliança sagrada com o povo eleito, servindo de paradigma de salvação para todos os povos. Daí que se explicitava o perfil de Deus à maneira vivencial no contexto da liturgia comunitária, sem espraiar-se por reflexões teologizantes ou concepções genéricas, porque se tratava do encontro com Deus por um caminho de mão dupla: o homem que busca a Deus e Deus que vem ao nosso encontro. O que chama nossa atenção, nos Salmos, é que Deus encontra-se com a comunidade de fé em momentos privilegiados da celebração litúrgica, e não esporádicos como na religiosidade cósmica entre os pagãos. Além disso, a vivência da fé entre os fiéis do povo eleito não se baseava em motivações religiosas, que brotavam dos sentimentos de enlevo da alma humana e eram projetadas para Deus, mas se originava da revelação divina oriunda da inspiração do Deus da Aliança. E, por isso, essa revelação inspirava as faculdades superiores do homem (inteligência e vontade), estimulando a criatividade religiosa dos salmistas a expressar a presença atuante de Deus através da espiritualidade litúrgica.

*Luis I.J. Stadelmann*  
Colégio Catarinense  
Rua Esteves Júnior, 711  
88015-130 Florianópolis, SC  
E-mail: [lstadelmann@hotmail.com](mailto:lstadelmann@hotmail.com)

29. Evidentemente, Deus não tem paixões de ira e cólera, porque esses são defeitos que derivam do orgulho e nascem da tríplice concupiscência que não se encontra na natureza de Deus.

30. No Novo Testamento se descobre o motivo dessa benevolência divina, que se baseia nos méritos da obra da redenção de Cristo, aplicada por Deus-Pai aos pecadores arrependidos.